



Câmara Municipal de Itaberaba

ESTADO DA BAHIA
CNPJ 13.267.315/0001-41

AUTÓGRAFO

Processo n.º 159/2024

LEI N.º 2797

SANÇÃO
SANCIONO A PRESENTE LEI
ITABERABA-BA, 23/05/2024
PREFEITO

DE

02 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a permissão de acompanhante durante a realização de exames ou procedimentos que utilizem de sedação ou anestésias que induzam a inconsciência da paciente mulher.

O **Prefeito Municipal de Itaberaba, Estado da Bahia**: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica permitida a presença de um acompanhante de escolha da mulher em todos os exames mamários, genitais e retais, independente do sexo ou gênero da pessoa que realize o exame.

Parágrafo único: Esta lei se aplica mesmo quando os exames forem realizados em ambulatorios e internações, incluindo trabalho de parto e pós-parto imediato, bem como durante estudos de diagnósticos como transvaginal, ultrassonografias ou teste urodinâmico.

Art. 2º Na impossibilidade de permanência do acompanhante ou do atendente pessoa junto à paciente, cabe ao profissional de saúde responsável pelo tratamento justificá-la por escrito.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dessa lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessários.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA, em 02 de maio de 2024.

Vereador GERSON ALMEIDA DE JESUS
Presidente



COMISSÃO DE JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

P A R E C E R

Processo nº 159/2024 – PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 12/2024 de autoria da vereadora Peba: dispõe sobre a permissão de acompanhante durante a realização de exames ou procedimentos que utilizem de sedação ou anestésias que induzam a inconsciência da paciente mulher.

Trata-se do Projeto de Lei nº 12/2024, apresentado pelo Vereador Evanilton Oliveira de Souza, que versa sobre a permissão de acompanhante durante a realização de exames ou procedimentos que envolvam o uso de sedação ou anestésias capazes de induzir a inconsciência da paciente mulher, no âmbito do município de Itaberaba, além de estabelecer outras providências correlatas.

Conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município de Itaberaba, em seu art. 66, a iniciativa para criar leis ordinárias e complementares é atribuída à Câmara Municipal de Vereadores, podendo ser exercida por qualquer vereador, comissão da câmara, prefeito municipal ou cidadãos, nos termos e casos previstos na referida Lei Orgânica.

Além disso, o art. 32, "d", da mesma Lei Orgânica, confere à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, o poder de legislar sobre as matérias de competência do município, especialmente no que se refere às políticas públicas municipais, incluindo saúde e assistência.

Ademais, a proposta do projeto de lei atende ao disposto no art. 23 da Constituição Federal, que determina a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para cuidar da saúde e assistência pública.

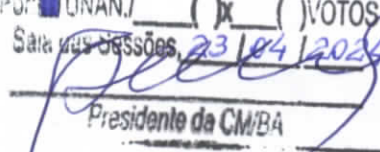
Por tudo quanto exposto, nos termos fundamentados e com as considerações e observações postas, esta comissão opina pela constitucionalidade e legalidade da matéria, cabendo à Edilidade avaliar o seu mérito.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2024.


FREDSON DE OLIVEIRA SILVA
Presidente / Relator


LUCIANO SAMPAIO DE OLIVEIRA
Membro


JOSÉ AUDEMARIO OLIVEIRA HAYNE
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA-BA
previsto ☐ 1º VOT. ☐ 2º VOT. ☒ U. VOT.
Por ☒ UNAN. / ☐ () VOTOS
Sala das Comissões, 23/04/2024

Presidente da CM/BA

PARECER JURÍDICO

Parecer Jurídico: ASSJUR.GO.01.160424.CMI

Interessado: Câmara Municipal de Itaberaba

EMENTA: PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE ACOMPANHANTE DURANTE EXAMES REALIZADOS PELA MULHER - PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS – PARECER PELA REGULAR TRAMITAÇÃO.

Trata-se de consulta formulada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Itaberaba, acerca do Projeto de Lei nº 012/2024, de autoria do Vereador Evanilton Oliveira de Souza, que dispõe sobre a permissão de acompanhante durante a realização de exames ou procedimentos que utilizem de sedação ou anestésias que induzam a inconsciência da paciente mulher, no município de Itaberaba e dá outras providências.

A Lei Orgânica do Município de Itaberaba, em seu art. 66, confere à Câmara Municipal de Vereadores a iniciativa de criar leis complementares e ordinárias, cabendo a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos a criação, na forma e nos casos previstos nesta Lei.

No mesmo dispositivo, em seu art. 32, "d", atribui-se à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere às políticas públicas do Município.

Art. 32. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

I – a assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e a estadual, notadamente no que diz respeito:

a) à saúde, à assistência pública e à proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (g.n.)

Desta forma, prescinde à Câmara Municipal de Vereadores a atribuição para legislar sobre assuntos de interesse local, especialmente no que diz respeito às políticas públicas.

Denota-se a subsunção da proposição ao disposto na Constituição Federal, já que a matéria nela envolvida não conflita com a competência privativa da União Federal (CF, art. 22), tampouco com a competência concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal (CF, art. 24).

No que se refere ao aspecto constitucional, legal ou jurídico, tem-se que a matéria tratada no projeto de lei atende ao contido na Constituição Federal:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Ademais, a matéria tratada no projeto de lei atende à Constituição Federal também no que compete ao Município:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Com efeito, a sua implementação não desafia as regras atinentes à iniciativa reservada ao Poder Executivo, porquanto não diminui nem acrescenta atribuições, tampouco trata sobre a criação ou extinção de órgãos da administração pública.

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica entende estarem presentes os requisitos relativos à constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa, razão pela qual opina pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 019/2023, de autoria do Vereador Evanilton Oliveira de Souza.

Este é o nosso parecer – SMJ.

Itaberaba/BA, 16 de abril de 2024.

Sérgio Bensabath Jr.

OAB/BA 34.262

Leandro Almeida de Oliveira

OAB/BA 21.879

Henrique Coimbra Filho

OAB/BA 31.986



Câmara Municipal de Itaberaba

ESTADO DA BAHIA
CNPJ 13.267.315/0001-41

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 12, DE 01 DE ABRIL DE 2024

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA BA
COLO GERAL
Nº 353 2024
EM 03/04/24
Anna Bastos

Dispõe sobre a permissão de acompanhante durante a realização de exames ou procedimentos que utilizem de sedação ou anestésias que induzam a inconsciência da paciente mulher.

O **Prefeito Municipal de Itaberaba, Estado da Bahia**: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica permitida a presença de um acompanhante de escolha da mulher em todos os exames mamários, genitais e retais, independente do sexo ou gênero da pessoa que realize o exame.

Parágrafo único: Esta lei se aplica mesmo quando os exames forem realizados em ambulatorios e internações, incluindo trabalho de parto e pós-parto imediato, bem como durante estudos de diagnósticos como transvaginal, ultrassonografias ou teste urodinâmico.

Art. 2º Na impossibilidade de permanência do acompanhante ou do atendente pessoa junto à paciente, cabe ao profissional de saúde responsável pelo tratamento justificá-la por escrito.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dessa lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessários.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presença de um acompanhante durante exames ou procedimentos que envolvam sedação ou anestésias que induzam à inconsciência da paciente mulher é fundamental para garantir não apenas o conforto e a segurança da paciente, mas também para proteger a integridade física e emocional de ambas as partes envolvidas.

Essa medida visa assegurar a preservação da relação médico-paciente, pautada nos princípios éticos de confiança, privacidade e confidencialidade. Além disso, a presença de um acompanhante pode servir como testemunha em casos de abuso ou assédio, especialmente quando a paciente se encontra em um estado de inconsciência induzida.

Diversas organizações profissionais internacionais, como o Colégio Americano de Ginecologia e Obstetrícia (ACOG) e a University of Michigan/Michigan Medicine, recomendam a presença de acompanhantes em exames e procedimentos similares, inclusive durante o trabalho de parto e parto.

É imperativo destacar que esta medida é parte de um esforço para garantir um atendimento seguro e responsável às pacientes, evitando casos de abuso ou negligência, como os lamentáveis incidentes envolvendo anestesiologistas no estado do Rio de Janeiro.

Por esses motivos, contamos com o apoio e a aprovação dos nobres pares para este projeto de lei, que visa promover a dignidade e o respeito no cuidado da saúde das mulheres em nosso município.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 2024.

Vereador **EVANILTON OLIVEIRA DE SOUZA**

"Peba"